

# Editorial

Vanda Mendes Ribeiro

Coordenadora Adjunta de Pesquisa do Cenpec. Mestre em Sociologia pela Unicamp e doutora em Educação pela Feusp.

A temática privilegiada neste volume do Cadernos Cenpec diz respeito aos dilemas vivenciados pelas sociedades democráticas contemporâneas em torno da busca da igualdade social e do respeito às diversidades. Nos séculos XIX e XX construiu-se a representação de que a igualdade adviria da luta de classes, grandes grupos sociais cuja identidade se forjaria pela sua posição na estrutura social capitalista, dada a distribuição de bens econômicos. Desde meados do século XX, porém, as sociedades ocidentais gestam outros tipos de representações: a igualdade depende da inclusão de sujeitos cujas identidades se conformam nas relações de poder, em meio às disputas pela consolidação de representações sociais. A noção de igualdade encontra-se, desse modo, também subsumida à capacidade dos Estados e das sociedades criarem condições de reconhecimento de diversos sujeitos, de tolerância às suas especificidades e história, bem como da capacidade de garantir-lhes mobilidade, liberdade e acesso equitativo aos distintos bens sociais produzidos e valorizados pela sociedade. Situação que depende sobremaneira, nas democracias, dos Direitos e do tipo de política pública implementada. A seção temática desta publicação foi organizada por Luciana Alves e Hamilton Harley Carvalho-Silva.

Sete artigos, uma entrevista, uma tradução e duas notas de leitura desta publicação abordam questões de algum modo vinculadas à inter-relação entre igualdade e diversidade.

Marla Santos e Marília Carvalho nos brindam com o estudo *Alunos da Faculdade Zumbi dos Palmares*, que exemplifica paradoxos vivenciados por estudantes negros que ressignificam seu vínculo racial lidando com a força dos argumentos vinculados ao pertencimento racial devido à história de

seus antecedentes e com os valores mais individualistas e meritocráticos, próprios da sociedade de consumo e do mundo do trabalho das sociedades democráticas capitalistas. Assim, ao mesmo tempo em que vislumbram, para si, o aumento das oportunidades por meio da mobilidade social, também assistem crescer a distância entre esses novos valores e os modos de vida de seus familiares e amigos dos bairros em que residem.

Luciana Alves em *O valor da brancura* mostra que noções como “**trabalho, beleza, bondade, honestidade**” encontram-se associadas à noção de branquitude. Trata-se, segundo sua pesquisa, de um valor advindo da relação de poder entre pessoas brancas e negras em contextos sociais nos quais as primeiras têm vantagens, inclusive por meio da prerrogativa de oprimir. Essas vantagens favorecem a construção de uma imagem de brancura “naturalmente” positiva e autônoma, o que contribui para que a noção de negritude se construa por noções opostas. A autora nos convida a ultrapassar a tendência de foco apenas na negritude para se compreender a desigualdade racial no país. Faz-se necessário também, de acordo com ela, tecer reflexões sobre a noção de brancura e sobre o modo como ela se estabeleceu entre brancos e negros. Para Luciana, esse aspecto deveria ser considerado nos materiais distribuídos para as escolas e nas legislações da área educacional – políticas e Direitos – que visam garantir o direito à igualdade entre brancos e negros.

Em *O direito à educação e as migrações internacionais*, Giovanna Magalhães aponta a dificuldade de reconhecimento e de garantia de Direitos àqueles que não são percebidos como sujeitos que fazem parte do território nacional. Na discussão, a questão sobre quem são os iguais e, portanto, sujeitos de direitos, ganha destaque. O artigo mostra como o Direito à Educação vem se colocando para além dos territórios, com base na noção-base de humanidade. Revela ainda que apesar de haver no Brasil legislações pautadas nessa noção-base, há muitos obstáculos tanto no campo das definições mesmas dos Direitos quanto no processo de implementação das políticas educacionais que lida com as discriminações e preconceitos cujo controle necessita do aprimoramento da capacidade de mediação do Estado.

Em *As tramas da socialização*, Elias Evangelista Gomes desvenda tensões vivenciadas por jovens que, em fase de consolidação de suas identidades num tipo de sociedade que prima pela autonomia do indivíduo e por sua capacidade de decidir, inclusive quanto aos modos de lidar com seus corpos

e sua sexualidade, encontram-se também vinculados a teias de socialização pautadas em uma moral religiosa, com princípios mais afeitos aos valores de uma determinada vida comunitária do que à ampliação permanente da autonomia individual. O autor mostra ainda que, para lidar com tais tensões, os jovens adotam estratégias que os mantêm vinculados a essas duas distintas lógicas de socialização.

Hamilton Carvalho-Silva, em *Homossexualidade e consumo na cidade de São Paulo*, trata da relevância de padrões de consumo para a constituição das identidades gays e de como jovens gays pobres das periferias dessa cidade tentam fazer face a desigualdades que se criam no âmbito dos circuitos homossexuais buscando soluções de inclusão para si. Essas soluções passam pela tentativa de camuflagem de suas origens sociais e esbarram na efemeridade da estratégia pautada no consumo que exige permanente atualização. O estudo expõe a capacidade infinita de produção de desigualdades das sociedades nas quais vivemos. Jovens que vivenciam a exclusão e a discriminação são levados, no processo de afirmação de suas identidades, a lançarem mão de estratégias que excluem e discriminam para se verem incluídos em circuitos que não oferecem nenhum tipo de proteção.

Sob muitos aspectos o artigo de Gustavo Souza, *O audiovisual nas periferias brasileiras*, instiga nosso pensamento sobre as potencialidades da ação do Estado na distribuição de bens culturais e no fomento ao acesso de todos à tecnologia da comunicação. O autor expõe a tese de que a tecnologia, as políticas da última década que democratizaram o acesso à produção audiovisual e o movimento cultural criaram, juntos, uma base para que a produção audiovisual pudesse ser capitaneada por moradores das periferias das grandes cidades. Segundo o autor, as periferias estariam com maior controle sobre sua própria imagem, forjando representações mais positivas e construtivas de si, situação que tem potencial para desestabilizar “certezas” que contribuem para estruturar desigualdades socioespaciais.

A **entrevista com André Lázaro**, ex-secretário da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secad/MEC), atual Secadi, retrata os desafios do Estado brasileiro no processo de implementação de políticas públicas para incluir “diferentes diferenças”, ampliando assim os níveis de equidade no país. O entrevistado afirma que seu governo fez uso da estratégia de trazer para dentro do Estado as pressões sociais inerentes às necessidades específicas de tais diferenças. Seus exemplos denotam o conflito, que pode hoje ser acompanhado por meio da mídia, entre proposições

de ações afirmativas e a defesa da pura igualdade de oportunidades. Aborda também a tensão entre as políticas universais e as políticas que objetivam a equidade por meio de respostas às necessidades advindas das diferenças entre grupos tradicionalmente excluídos dos Direitos. Nesse quesito, André Lázaro cita as dificuldades do sistema educacional – em termos de disponibilidade e preparo – para dar respostas às diferenças inclusive por meio das novas proposições como o Programa Bolsa Família, as ações afirmativas, o ensino da cultura afro-brasileira, entre outras.

O texto de François Dubet, **Os limites da igualdade de oportunidade**, traduzido por Antônio Batista, nos oferece lentes para refletir sobre as políticas voltadas à ampliação da igualdade social. O autor questiona o que seria mais eficaz para essa ampliação: i) a prioridade para políticas que visam criar a igualdade de oportunidades, portanto, condições mais equitativas de participação na distribuição de bens socialmente valorizados, de indivíduos identificados com situações de desigualdade; ii) ou a prioridade para políticas que visam a diminuição da distância entre as posições sociais, com foco na equalização das remunerações e das condições de trabalho, mantendo assim independência em relação à noção de mérito individual. Para o autor, pode-se dizer que seria mais profícuo dar prioridade ao segundo tipo de política, uma vez que as sociedades que o fazem atualmente são, segundo ele, mais igualitárias. O autor não afirma que a ação pelo aumento da igualdade de oportunidades para que os indivíduos lancem mão de seus esforços e mérito não seja relevante, mas que esse tipo de política não deveria ser priorizada em detrimento daquelas que visam diminuir as distâncias entre as posições sociais. A tradução desse texto, nesse número que privilegia a questão da diversidade, tem um objetivo de provocação: numa sociedade como a nossa, que tem pouco acúmulo histórico e político tanto no que tange à diminuição das distâncias entre as posições sociais, como também no reconhecimento e garantia da igualdade de oportunidades para os indivíduos, que tipo de ação seria mais profícua tendo em vista o fomento à igualdade? Seria preciso, necessário ou mais eficiente fazer escolhas entre um e outro modelo, conforme propõe Dubet?

Sonia Dias apresenta sua **resenha** sobre o livro de Linda Darling-Hammond, **The flat world and education**, publicado em 2010 pela Teachers College Press, de Nova York. Segundo Sonia, o livro parte de uma discussão sobre como as desigualdades escolares têm sido construídas, tratando também dos desafios a serem enfrentados para sua superação. Aborda o que as pesquisas

indicam como relevante para incidir sobre tais desigualdades e os modelos implementados pelos países que mais avançaram, como Finlândia e Coréia do Sul.

Tatiana Loges traz uma **resenha** sobre o livro organizado por Marília Carvalho “**Diferenças e desigualdades na escola**”, publicado em 2012, pela Editora Papyrus. A autora faz um apanhado sobre os distintos artigos que compõem o livro chamando a atenção para a busca dos pesquisadores de mostrar como, no âmbito escolar, por meio das relações que ali se estabelecem e dos distintos resultados de ensino e aprendizagem, representações sobre as diferenças podem gerar ou consolidar desigualdades.

Este número do Cadernos Cenpec traz também um artigo que trata do ensino e aprendizagem na fase de alfabetização e outro que traz a trajetória e produção do russo Lev Jakubinski.

Angélica Sepúlveda apresenta um instigante artigo, em termos de temática e metodologia, **Incorporação de práticas letradas na alfabetização**, que analisa a potencialidade de um material distribuído pelo MEC – Trilhas – cujo objetivo é ampliar a capacidade dos professores de ensinar a leitura, a escrita e a oralidade na perspectiva do letramento. Tendo observado as práticas de um grupo de professores antes e depois do uso do material, Angélica afirma que seu uso trouxe resultados positivos, embora encontre limites na própria representação de ensino e aprendizagem das professoras, segundo ela, “pouco construtivas”.

Irina Ivanova, professora da Universidade de Lausanne, da Suíça, nos apresenta um artigo que trata de **Lev Jakubinski** (1892-1945) cuja produção foi relevante para pensadores como L. Vigotski. De acordo com Irina, o nome de Lev reapareceu em obras de Mikhail Bakhtin de modo que pesquisadores se interessaram por entender sua trajetória e produção. Informa ainda que os interesses de Lev foram amplos, indo do “do aspecto fonético da linguagem poética às questões de sociolinguística e à linguística histórica” e que esse autor criou uma nova linguística apoiada no “diálogo como objeto de estudo”.

Esta publicação compartilha ainda com o leitor, dois artigos que sistematizam experiências de projetos educacionais coordenados pelo Cenpec em parceria com redes e escolas públicas.

**O Projeto Heliópolis**, artigo de Elizabeth Barolli, Edna Aoki, Luiz Cláudio Barretto, Alfredina Nery e Conceição Cabrini, oferece aos leitores aprendizagens em torno da transformação da proposta pedagógica de uma escola do bairro

de Heliópolis, município de São Paulo, com assessoria do **Cenpec**. Tendo sido inspirada na Escola da Ponte, a mudança gerou novas demandas de professores e alunos. De acordo com os autores, a assessoria conseguiu perceber e ouvir necessidades, bem como “encaminhar e fazer escolhas”, respeitando o grupo, propiciando mudanças significativas, principalmente, tendo em vista o tempo de trabalho que foi de apenas um ano. O artigo traz uma experiência que se contrapõe a algumas afirmações de senso comum, segundo as quais mudanças nas escolas, sobretudo nos processos de ensino e aprendizagem, apenas podem ser percebidas após grandes intervalos de tempo.

O texto de Sonia Dias e Tatiana Bello Djrdjrjan, **Gestão por processos na educação**, permite ao leitor refletir sobre a gestão por processos quando se visa o fortalecimento da gestão educacional visando a melhoria da qualidade da educação. As autoras afirmam que a experiência implementada pelo **Programa Melhoria da Educação do Município, do Cenpec**, nos anos de 2011 e 2012, em um conjunto de localidades, permitiu mudanças que tornaram as administrações mais efetivas, além de ter incidido positivamente sobre os resultados educacionais.

Esta edição da Cadernos Cenpec inova ao apresentar um ensaio fotográfico de Marina Arruda sobre oficinas de arte realizadas pelo Instituto Olga Kos com crianças e adultos, com e sem deficiência.